

PRIMÓRDIOS DA IDÉIA DE UNIVERSIDADE NO BRASIL

Maria da Graça C. LISBOA
UERJ - Estácio de Sá - Nuno Lisboa

RESUMO

Maria da Graça Lisboa toma como ponto de partida de seu artigo uma apresentação histórica da criação das Universidades na Europa e, após o estudo da universidade portuguesa e de sua evolução sob a influência de várias filosofias, ela aborda a criação da Universidade brasileira e estuda as filosofias que presidiram essa criação.

RÉSUMÉ

Maria da Graça Lisboa prend pour point de départ de son article une présentation historique de la création des universités en Europe et, d'après l'examen de l'université portugaise et de son évolution sous l'influence de plusieurs philosophies, elle envisage la création de l'Université brésilienne et elle étudie les philosophies qui ont présidé cette création.

A Universidade surgiu na Europa na Idade Média com o nome de Studium. Graças ao prestígio que alcançaram com o decorrer do tempo, nos fins do século XII, algumas escolas ou Studia passaram a permitir que aqueles que nelas se formassem lecionassem em qualquer outro lugar. Com isso, ganharam o nome de Studia Generalia. O termo Universitas, que anteriormente significava qualquer corporação ou comunidade, passou a ser usado como sinônimo de Studia Generalia: faculdade ou conjunto de corpos de ensino que formavam a Universidade.

Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, porém, a origem das Universidades remonta aos primeiros séculos da era cristã, quando já existiam escolas superiores em Constantinopla, Beirute e Alexandria, em funcionamento regular até a Idade Média.

Na Europa Ocidental, foram as Universidades se multiplicando durante a Idade Média, adquirindo a condição de portadoras do saber. Seu espírito de fortalecimentos e de unidade contribuiu para a formação dos Estados Nacionais. Já a partir do século XV, tomou a Universidade rumos diversos, fosse pelo sentido das nacionalidades, pela centralização do poder nacional, fosse novos descobrimentos. Como instituição cultural, a Universidade Medieval pode considerar seu ciclo encerrado no início do século XVI. No período quinhentista surgia uma Universidade humanista.

Para que se possa mergulhar no pensamento luso-brasileiro e na idéia de Universidade, é preciso examinar a Universidade em Portugal, sua evolução com relação às várias filosofias das épocas até que se possa alcançar a discussão da Universidade no Brasil.

A notícia da instalação da primeira escola em Portugal remonta ao ano de 1064, em Coimbra. Posteriormente, surgiram mosteiros que fundaram escolas, com a ajuda financeira da Coroa, o que lhes permitia enviar mestres ao exterior, em geral à França, para adquirir os conhecimentos necessários.

Somente a partir do século XV viria Portugal a desfrutar das condições políticas e culturais que ensejariam a criação de um Estudo Geral. Assim é que em 1290 D. Dinis, estimulado por representantes da Igreja e dos mosteiros, criou a primeira Universidade de Portugal, em Lisboa. Problemas políticos e financeiros acarretaram a mudança da sede da Universidade por seis vezes no decorrer de sua história.

Em 1548, inaugurou-se o Colégio das Artes, instituição que celebrizou o ensino em Portugal. Seu modelo era calcado nos dos grandes colégios das grandes universidades da Europa, que primavam pela excelência do ensino. Foram criados no Colégio das Artes, no final do século XVI, os Cursos Conimbricenses, ponto

alto do saber sistemático e especulativo, correspondendo ao apogeu da elaboração da metafísica em Portugal.

Introduziu-se em 1591 a *Ratio Studiorum*: um sistema de estudo adotado pelos jesuítas. Baseava-se no pensamento de S. Tomás de Aquino, valorizando o espírito sobre a matéria. Não pretendia a *Ratio* ser uma filosofia de educação, mas sim propiciar uma metodologia educacional.

O século XVII foi na Europa um período de mudanças, com o empirismo de Locke na Inglaterra e o racionalismo de Descartes na França. Tanto a religião quanto a política e a cultura sofreram sua influência.

Nessa época de transição, a burguesia se fortalecia com o mercantilismo: era o alvorecer do capitalismo. As estruturas feudais encontravam-se em crise, abalando os privilégios da nobreza; e à medida que o senhor feudal ia sendo desestabilizado, a Igreja, por seu lado, também perdia seu poder.

A filosofia iluminista, que surgiu no século XVIII, era caracterizada pelas idéias de liberdade e de progresso e pela ênfase no uso da razão.

Encontrou o iluminismo seu ápice em Portugal na segunda metade do século XVIII, com D. José e seu Ministro Pombal, embora já tivesse dado os primeiros passos no reinado anterior, com D. João V. Em Portugal os principais pensadores que promoveram o iluminismo foram Bluteau, Sanches, Sarmento e Verney, entre outros. Com a grande agitação cultural que promoveram, foram eles chamados de "estrangeiros", por trazerem para o país as novas doutrinas filosóficas e científicas em voga no resto da Europa. A principal consequência dessas novas idéias em Portugal foi a reforma da universidade em 1772. Reforma essa que modificou o rumo do pensamento no país, ressaltando a importância do saber científico para que se pudesse fruir das riquezas do reino.

O pensamento luso-brasileiro no século XIX foi extremamente influenciado por importantes correntes filosóficas da época, tais como o ecletismo e o positivismo.

O ecletismo caracterizou-se por uma postura selecionadora entre as diversas idéias e formas assumidas pelo pensamento durante toda a história da filosofia. Não consistiu o ecletismo em fenômeno da modernidade ocidental; mas sim, em posicionamento enraizado na antiguidade clássica. Foram chamados de ecléticos todos os que procuraram assimilar parte da doutrina de filósofos do período helenístico, integrando-se a seu próprio sistema, de forma a não deixar relegado ao abandono algo que se julgasse de valor.

As duas principais cabeças do ecletismo francês foram Maine de Biran e Victor Cousin. Este último criou o sistema filosófico denominado ecletismo espiritualista: uma espécie de religião oficial na França. Não chegou, porém, à elaboração de uma doutrina sólida, apta a contrapor-se à filosofia do século XVIII.

Foi o ecletismo movimento que se expandiu entre os pensadores brasileiros e a elite nacional, representando, assim, o primeiro movimento filosófico estruturado no Brasil.

Com a independência política proclamada em 1822, encontravam-se as mentes brasileiras desejosas de inovação na esfera cultural. Há que se lembrar que a intelectualidade brasileira recebera sua formação em Portugal e na França. Com a independência política, era natural que se procurasse também a independência no âmbito das idéias filosóficas. Foi assim que a elite intelectual da jovem nação foi buscar na França inspiração nas idéias de Victor Cousin, trazendo para o Brasil o florescimento de um ecletismo absorvido.

Dentre os principais brasileiros que se destacaram no ecletismo, podem-se mencionar Silvestre Pinheiro Ferreira, Ferreira França, Domingos Gonçalves de Magalhães e Mont'Alverne, entre outros.

Já a outra doutrina filosófica que exerceu grande influência sobre o Brasil do século XIX, o positivismo, somente chegou ao país em 1870, conseguindo a partir daí amplíssima repercussão.

Comte, o pai do positivismo, acreditava que a humanidade deveria ser organizada de forma científica de modo que pudesse

atingir sua plena realização no campo político e social. Seu pensamento tomava forma num momento em que a Europa era avassalada por movimentos dos mais variados matizes. Comte pretendia "regenerar" a humanidade. Desejava reordenar o espírito humano. Para tanto fazia-se necessário subordinar a imaginação à observação.

Embora Comte houvesse fundado uma religião, a religião da humanidade, em que se estabelecia o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim, religião esta dotada de igrejas, sacerdotes e cultos, muitos positivistas não se tornavam adeptos dessa religião.

O Rio de Janeiro revelou-se um campo fértil para a disseminação do positivismo. Além de ser o coração político do país, estavam situados na cidade os melhores salões de cultura, bibliotecas, museus, institutos de ensino, faculdades e clubes, enfim, um ambiente propício para o desenvolvimento do pensamento.

A penetração do positivismo de Auguste Comte no país deu-se inicialmente através da Real Academia Militar, disseminando-se daí para a Escola Naval, Academia Militar, Colégio Militar, Escola de Belas Artes, Escola Politécnica e escola de Medicina.

Debatia-se o país de então com questões polêmicas, tais como o da abolição e da proclamação da república. O positivismo proporcionava respostas para elas através da sociologia, a mais moderna das ciências, criada por Comte.

As maiores expressões do positivismo no Brasil foram Teixeira Mendes, Pereira Barreto, Miguel Lemos e Benjamin Constant.

Com o passar dos séculos, paralelamente à evolução do pensamento filosófico, também o ensino apresentava uma seqüência de Transformações em cada país. Se algumas sociedades tendiam para a centralização do ensino numa Universidade controladora, outras privilegiam a criação de Escolas Isoladas.

No que tange à criação de Escolas Isoladas, em Portugal a geração que se costuma chamar de geração pombalina, constituída

dos que se formaram após a reforma de Universidade de 1772 e que, afastada da Corte com a morte de D. José I, acabaria voltando ao poder na década de noventa, essa geração em matéria de ensino superior abandonou a idéia de Universidade, dando preferência ao modelo de Escolas Isoladas.

De um certo ângulo, tal evolução poderia ser entendida como uma espécie de desdobramento do ideário pombalino. No entendimento de Pombal e dos homens que o cercavam, a ciência estava pronta e conclusa, dependendo precisamente dela a reconquista da grandeza e da riqueza perdidas. Nesse plano, a questão resumia-se à sua aplicação. O núcleo central da Universidade Reformada passou a ser a Faculdade de Filosofia, tendo em vista a filosofia natural, denominação atribuída à ciência, incumbida de formar naturalistas, mineralogistas e metalurgistas, ou seja, quadros técnicos capazes de explorar as riquezas do reino. A experiência terminaria por evidenciar que a Universidade não tinha outra missão além da de agregar as faculdades profissionais. Se deixasse de existir, era muito provável que o ensino em nada sáísse afetado. Essa linha de raciocínio inteiramente plausível explicaria a preferência pelos estabelecimentos isolados, que se tornaria patente no Brasil, naquele momento ainda integrado à Coroa Portuguesa.

Outra situação há de ter atuado no mesmo sentido correspondente à disputa que se estabeleceu na França entre Napoleão e a Universidade, resultando no fechamento dessa instituição. Reorganização, a Universidade Napoleônica perdeu a antiga posição de destaque, sendo então submetida à estrita obediência ao Estado. Desde essa época, o ensino superior francês passou a repousar nas Grandes Escolas. Uma orientação que, sem dúvida, viria a coincidir com o pensamento da elite portuguesa.

Foi assim que, por ocasião da vinda de D. João VI e sua corte para o Brasil, trouxe o rei consigo o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que dá início à implantação de Escolas Isoladas, enquanto a Universidade permanecera em Coimbra, embora fechada.

São exemplos de seu esforço inicial a criação de uma Escola de Cirurgia no Hospital Real da Cidade da Bahia em 18 de

fevereiro de 1808, a instalação por decisão real da real Academia de Guardas Marinha, no Convento de S. Bento em 5 de maio de 1808, e a Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina no Hospital Militar e de Marinha, em 5 de novembro de 1808.

Em 1810, concebeu D. Rodrigo a Academia Militar como estabelecimento destinado à formação simultânea de oficiais do exército e de engenheiros, inspirando-se amplamente nos Estatutos da Universidade pombalina, com ensino das ciências em primeiro plano.

A vinda da Missão Francesa ao Brasil, em 1816, permitiu que se lançassem as bases para a fundação, em 1820, da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil na sede do então Vice-Reino.

Não foi realizada pesquisa sobre o período que se seguiu.

Logo após a Independência, durante o funcionamento da Assembléia Constituinte, Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Lourenço (1774-1847), insistiria na necessidade de ser criada uma Universidade. A tendência que se observou foi a da formação de duas Universidades, uma em São Paulo e a outra em Olinda. Os debates sobre o tema da Constituinte revelaram, porém, a extrema fragilidade da unidade nacional. O tópico serviu para acirrar a rivalidade entre as províncias. Os deputados, não contentes em pleitar a Universidade para sua própria província, ainda denegriam a província cogitada. Alegou-se, por exemplo, que a antiga capital, a cidade de Salvador, seria uma "cloaca de vícios". Como o Rio de Janeiro já dispunha de uma base mais adiantada, os cursos ali existentes foram alvo de violentos ataques. Enfim, acirraram-se os ânimos.

O projeto aprovado pela Assembléia Constituinte estabelecia a fundação de duas Universidades, como já mencionado, uma em São Paulo e a outra em Olinda. Além de não se fixarem prazos para a execução, facultava-se também a cada uma das demais províncias a criação de estabelecimentos semelhantes "desde que os habitantes arcassem com as despesas". Ninguém podia portanto alegar discriminação; pelo menos até que se desse o passo inicial para a organização das duas Universidades.

O ponto de maior importância estava no artigo 4º desse projeto que indicava nestes termos precisos, "Entretanto, haverá desde já um Curso Jurídico na cidade de São Paulo".

O que isso representava na realidade era a inclinação da Assembléia no sentido de uma iniciativa neutra. Afinal, a existência de um Curso Jurídico em São Paulo não ofendia, a qualquer outra província. Mesmo porque a Bahia já tinha seu curso médico. O Rio de Janeiro, os de engenharia e de medicina. Rezava a experiência que a Unidade nacional não era afetada por esse tipo de empreendimento.

A insurreição denominada Confederação do Equador, que se seguiu à dissolução da Assembléia, há de ter calado fundo no espírito de nossa elite. O sentimento por ela suscitado iria enterrar a disposição de implantar a Universidade.

Este estudo pretende demonstrar a faceta inédita de que a elite brasileira não pensava toda ela como a geração pombalina, segundo o modelo de D. Rodrigo. Nesse tema, a elite brasileira mostrar-se-ia independente. Há elementos incontestáveis que indicam nessa elite o desejo de uma Universidade. E não só isso. Tal desejo inclinava-se por um modelo assemelhado ao que resultou da Reforma de 1772. Documento localizado durante a pesquisa para a tese de doutorado na UGF Primórdios da Idéia de Universidade revela que a Faculdade de Filosofia seria o cerne da nova instituição, como ocorria na Reforma Pombalina. Tal documento, elaborado por alguém que preferiu manter-se anônimo, foi enviado ao Imperador. A transcrição do mesmo encontra-se anexa à referida tese.

O interesse do mencionado documento cifra-se no fato de ser um indicador da preferência pelo modelo pombalino, visto que cogita de uma Faculdade de Matemática. A Faculdade de Filosofia Natural formaria os técnicos que se faziam necessários para a identificação e exploração das riquezas naturais do país.

Ainda que não se possa indicar em que medida o projeto de que se trata expresse a opinião da elite, ele representa uma comprovação de que pelo menos uma parte dela não seguia a D. Rodrigo e outros expoentes da geração pombalina na preferência pelos estabelecimentos isolados.

A idéia central era a de criar uma Universidade com a possibilidade imediata de instalação em prédio próprio e que dispusesse de uma organização acadêmica para seu funcionamento. O local previsto era o largo de São Francisco de Paula. No tocante à organização acadêmica, o autor julgava necessário que fossem instituídos os cursos de Teologia, Direito Canônico, Jurisprudência Civil e Criminal, Medicina e Cirurgia, Matemática e Filosofia.

Deve-se lembrar que a Faculdade de Filosofia Natural em Coimbra tinha como disciplinas fundamentais a Física, a Matemática, a Química, a Botânica, a Farmacologia e a Anatomia.

O projeto estipulava que deveria haver um reitor, um secretário, uma Congregação de Professores, Lentes e Bedéis.

A Congregação Geral deveria orçar o total das despesas anuais para conhecimento de Sua Majestade Imperial e para saber-se o orçamento preciso da Universidade.

A Congregação Geral deveria colocar à disposição das diversas faculdades o Museu de História Natural, o Gabinete de Física, o Teatro Anatômico, o Laboratório de Química, o Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas e a livraria pública, bem como todos os edifícios existentes destinados á instrução pública. Vale ressaltar que a reforma da Universidade de Coimbra em 1772, com sua visão utilitarista, previa os mesmos Gabinetes acima mencionados.

Depreende-se daí que o autor do projeto identificou-se uma vez mais com o espírito da reforma da Universidade. O que ele propunha para o Brasil era uma instituição calcada nos moldes da Universidade Reformada.

Já quanto à retomada da idéia de criação dos Cursos Jurídicos, não mais se tem como referência a mesma motivação que animou a apresentação do projeto na Assembléia Constituinte. O imperativo neste último caso era de ordem prática. Assomava a "maior urgência de acautelar a notória falta de bacharéis formados para os lugares da magistratura". Era o que dizia o Decreto de 9 de janeiro de 1825, assinado por D. Pedro e que teve sua origem no Conselho de Estado.

O estado de "independência política", a que se elevava o Império, no entender daquela instância da monarquia, tornava incompatível ir contratar, como antes, esse tipo de profissional na Universidade de Coimbra, ou em qualquer outro país estrangeiro.

A Lei de 11 de agosto de 1827 resultava dos mesmos propósitos, mas agora a preferência em matéria de localização daqueles estabelecimentos passara para as cidades de São Paulo e de Olinda.

Ficou estabelecido que os Cursos Jurídicos seriam provisoriamente ordenados pelos Estatutos do Visconde de Cachoeira, até que seu estatuto próprio fosse compilado pela Congregação de Lentes e aprovado pela Assembléia Geral.

O Estatuto do Visconde de Cachoeira discorria sobre a necessidade de se ter entendimento do Latim e do Francês para se chegar aos escritos dos Grandes Mestres. Entendia que a retórica era fundamental para a eloquência necessária à profissão. Fazia, ainda, referência à importância da Filosofia racional "a qual apura o entendimento, e ensina as regras de discorrer e tirar conclusões certas de princípios". Quanto à Geometria e à Aritmética, elas eram absolutamente necessárias para a "clareza, precisão e exatidão" das idéias.

A Lei tratava também dos aspectos administrativos e acadêmicos.

Entende-se que Sua Majestade, o Imperador, houve por bem aprovar o sistema de Escolas Isoladas, que já persistia desde 1808. Tal modelo era o escolhido por D. Rodrigo. Ficava evidente que para o Imperador o modelo da Universidade não era a melhor opção. Para D. Pedro, pelo menos naquele momento, o modelo das escolas isoladas continuava sendo o mais conveniente para o país.

Estava, dessa forma, selado o destino da Universidade por mais de um século. Sua criação fora foco de discórdia e de divisão. Foi preciso arquivá-la.

À medida que os sentimentos separatistas foram sendo superados, a máquina centralizadora deu-se conta de que era

necessário fiscalizar o ensino para evitar que ele pudesse ser colocado ao serviço das causas vencidas.

Em 1842, num projeto que pretendia organizar uma Universidade com objetivo apenas centralizador, surgiu a idéia de se criar a Universidade Pedro II. Ela reuniria os cursos das faculdades de teologia, direito, matemática, filosofia e medicina, bem como um curso de ciências físico-matemáticas. Seriam extintos os cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, da mesma forma que a Faculdade de Medicina da Bahia. Seus estatutos seriam nos moldes da Universidade de Coimbra.

O projeto viria a ser radicalmente transformado por parecer do Conselho de Estado, reunido em 1843. A redação foi a mais genérica possível, sem se prender a qualquer modelo de Universidade existente. Foi mantida, porém a centralização, através da extinção dos cursos jurídicos de Olinda e de São Paulo, das escolas de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e das academias militar e da marinha.

Ainda em 1843 foi apresentado o projeto de cunho centralizador do Senador Castro e Silva, em que se espelhava bem a mentalidade centralizadora que se pretendia fixar. O senador desejava criar uma Universidade onde seriam fundidos "os Cursos Jurídicos, as escolas de Medicina, as academias militares e de marinha, o Colégio Pedro II e todas as aulas secundárias do município da Corte".

As vantagens da centralização não se reduziram apenas aos aspectos econômicos. Advinham "também e principalmente, pelas vantagens que devem para o progresso da Instrução Pública" em resultado do melhor desempenho dos lentes.

Tais projetos, embora não tenham atingido o objetivo a que se propunham, são importantes para a compreensão do conceito de Universidade da época.

Rui Barbosa colocou-se contra a idéia de centralização, pois no campo governamental ela lhe causava sérias preocupações. Citava Rui o exemplo da pujança da Inglaterra, onde o liberalismo imperava. O que Rui pretendia demonstrar era que a tendência centralizadora era capaz de fechar uma nação.

Victor Cousin, o líder da escola eclética, havia lutado na França contra o espírito restaurador que se apossou de parte da elite depois da queda de Napoleão. Em 1844, ele se colocou na defesa da Universidade, contra o partido católico e contra notável facção do partido liberal.

O ecletismo de Cousin promoveu ampla movimentação entre os intelectuais brasileiros. A formação dessa corrente abrangeu os doze anos que medeiam entre 1833 e 1845. Durante esse período, seus partidários os divulgaram textos filosóficos disseminando suas idéias.

A par da repercussão da corrente eclética, todo o debate cultural travado na França era acompanhado com interesse no Brasil, incluindo-se nele a discussão acerca da Universidade. A esse debate pode-se filiar o projeto de Universidade do Visconde de Goyana, documento localizado no Arquivo Público Nacional e que marca outro ponto inédito da tese mencionada.

Ao apresentá-lo ao Senado na sessão de 1.º de julho de 1847, seu autor declarou ter meditado muito sobre o assunto, o que é fiel tradução da verdade, pois o manuscrito localizado, que vem assinado pelo nobre representante de Pernambuco, traz a data de 6 de junho de 1845.

O Visconde de Goyana fez em seu texto alusão à experiência francesa. E ainda que não se referisse a Cousin, em seu projeto, estabelecia-se que os alunos estudariam Filosofia Eclética, precedida da História da Filosofia Geral

Fecha-se, dessa forma, um buraco negro existente até então com relação ao momento do estudo da filosofia eclética no Brasil.

Em 1869, iniciou-se uma campanha a favor do ensino livre. Encontrava-se embutida em seu bojo a idéia de descentralização do ensino. Para essa tendência concorrida o contato com o modelo alemão, que era livre, aberto, descentralizado: o oposto do ensino francês. Outra corrente que pregava o ensino livre era a do pensamento liberal.

Embora o Ministro do Império Paulino José Soares de Souza tentasse aliar a idéia do ensino livre à da Universidade, sua

iniciativa não logrou êxito e seu Gabinete caiu logo em seguida.

Ressurgiu a idéia de ensino livre em maio de 1872 com um Parecer da Congregação de São Paulo que desejava modificar a Faculdade de Direito e criar uma Universidade. O conceito de ensino livre teria como cerne a prática do privat-docent, adotada na Universidade Alemã.

Na sessão de 4 de outubro de 1877, voltou a ser debatida a questão da criação da Universidade no Brasil. Franklin Dória esclareceu que uma Universidade não representava por si só o progresso da instrução superior. Na Idade Média, o horror reinava em volta das Universidades. Atacou outros dois pontos. A necessidade de uma faculdade de letras, que até então não havia sido cogitada no Brasil de 1823 a 1870; e a adoção do ensino livre pois, sem ele, não existiriam condições para um aprendizado profícuo e para um engrandecimento do ensino superior. A liberdade era essencial.

Os positivistas lograram sua ascensão durante o Império e lutaram por todos os meios para que não se criasse uma Universidade no país. Pereira Barreto e Teixeira Mendes foram dos que se colocaram contra a Universidade.

Segundo Pereira Barreto, a Universidade era uma instituição que embrutecia o povo e corrompia os costumes sociais. Entendia ele que a Universidade era anarquia sistematizada, pois era impossível que se fizessem conviver cursos do Estado Positivo com cursos do Estado Metafísico. Para que o país saísse do atraso em que se encontrava, era preciso ter cursos do Estado Positivo.

Para Teixeira Mendes a criação de uma Universidade representava má fé com relação à população e um atentado à ordem. Chegou a apelar para o patriotismo do Imperador no sentido de que, em nome dos interesses vitais da pátria vetasse tal projeto. Para ele, as escolas superiores existentes eram suficientes para atender à demanda de profissionais.

Em 3 de maio de 1889, Sua Majestade Imperial, D. Pedro II, abriu a 4ª sessão da 2ª legislatura da Assembléia Geral, sua

última fala no trono. Nela Sua Majestade discorre sobre a necessidade de serem criadas duas Universidades, uma no Norte e a outra no Sul do país.

O ressurgimento da indicação da necessidade de duas Universidades não chegou sequer a ser objeto de exame. Logo depois, em 15 de novembro, extinguiu-se a monarquia.

Os primórdios da idéia da Universidade Brasileira não se encontraram apenas nos debates da Constituinte em 1823, embora sejam ali extensamente discutidas as razões que exigem sua criação e a conveniência de sua localização nesta ou naquela província. Eles remontam, sim, à origem portuguesa das elites do país e as diversas correntes filosóficas que influenciaram seu pensamento.